



**Canais curtos de comercialização de produtos de base agroecológica:
reflexões e perspectivas para a agricultura familiar na cidade de Araras, SP**
*Short channels for the marketing of agro-ecological products: reflections and
perspectives for family agriculture in the city of Araras, SP*

CARVALHO, Ricardo da S¹; FERREIRA, Lucas C^{1,2}; APOLINÁRIO, Patrícia^{1,3};
MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina^{1,4} MONTEBELLHO, Adriana E.S^{1,5}

¹Universidade Federal de São Carlos-UFSCAr, richadcarvalho1@gmail.com, lucascf92@hotmail.com, patifloresta@hotmail.com; ³Universidade Federal de São Carlos-UFSCAr, marjotta@ufscar.br, adrianaesm@ufscar.br

**Eixo temático: Economia dos Sistemas Agroalimentares de Base
Agroecológica**

Resumo: Este trabalho teve como objetivo compreender quais os canais curtos de comercialização de produtos de base agroecológica presentes na cidade de Araras, SP, possibilitando destacar o potencial destes circuitos curtos na viabilidade econômica de produtores locais. O procedimento metodológico utilizado foi através de um estudo de caso da comercialização de produtos de base agroecológica realizada por agricultores no município de Araras, SP; os dados foram levantados por meio de revisão bibliográfica e consultas aos sites públicos do município. Os resultados apontaram que o processo de comercialização de produtos realizado pelos agricultores do município de Araras, SP, acontece de duas formas, direta e indireta. Além disso, o município apresenta uma lei municipal que regulamentou a feira do Produtor Rural, sendo beneficiados 23 produtores locais respectivamente, além do programa do governo federal, o Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE), sendo duas cooperativas responsáveis pela comercialização da produção dos agricultores associados, a Cooperativa dos Agricultores Familiares Rurais do Assentamento de Araras e Região (Coopaf) e a Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares de Araras e Região (Coaaf). No ano de 2019 foi destinado um investimento de cerca de R\$ 1 milhão, contemplando um total de 110 agricultores.

Palavras-chave: Circuitos curtos; políticas públicas; soberania alimentar; cooperativismo.

Keywords: Short circuits; public policy; food sovereignty; cooperativism.

Introdução

Na literatura ainda não existe uma denominação oficial para circuitos curtos (CC) de comercialização de produtos de base agroecológica, no entanto, o conceito está estritamente ligado a um contato mais próximo do produtor e o consumidor (DAROLT, 2012). Os canais curtos de comercialização no Brasil permitem uma maior autonomia dos produtores de alimentos de base ecológica, uma vez que, se configuram em estratégias de sustentabilidade de grupos e comunidades, além disso, contribuem para a preservação da biodiversidade, segurança alimentar de agricultores e consumidores, conseqüentemente, estimulando o desenvolvimento econômico local (VIEGAS; ROVER; MEDEIROS, 2017). A partir de uma revisão bibliográfica este estudo teve o objetivo de compreender quais os canais curtos de comercialização de produtos de base agroecológica presentes na cidade de Araras-



SP, possibilitando destacar o potencial destes circuitos curtos na viabilidade econômica de produtores locais.

Metodologia

O trabalho foi realizado em duas etapas, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os canais curtos de comercialização de produtos de base agroecológica em sites especializados, com o intuito de compreender esse processo no Brasil. Para a busca dos dados utilizou-se os seguintes descritores: canais curtos, economia solidária, agricultura familiar, qualidade alimentar, políticas públicas e economia ecológica. A segunda etapa consistiu na seleção de artigos que tratassem sobre esse tipo de comércio, além de consultas no site da prefeitura municipal e órgãos governamentais de Araras-SP, sobre os principais pontos, formas de comercialização e distribuição dos produtos da agricultura familiar no município. Dessa forma, esta investigação se caracterizou em uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa e exploratória, de acordo com Gil (2002) esse tipo de pesquisa tem o intuito de proporcionar a visão geral acerca de um determinado problema.

Resultados e Discussão

De acordo com os resultados obtidos no estudo, na literatura é citado que o processo de venda de produtos de base ecológica e agroecológica feita pelos agricultores, em geral, é realizada de dois modos básicos: direta e indireta. Dessa forma, foi constatado no site da prefeitura que na cidade de Araras-SP a comercialização de produtos da agricultura familiar também se dá através dessas duas formas distintas (Tabela 1). É importante destacar que os canais curtos de comercialização (CC) permitem ao agricultor um melhor gerenciamento da sua produção, assim, fazendo com que atenda a expectativa do seu consumidor, ou seja, através de preços justos, variabilidade de produtos oferecidos, proporcionando o desenvolvimento econômico local (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2017).

Tipo de canais curtos de comercialização (CCC)	Conceito	Canais curtos de comercialização em Araras, SP	Benefícios
Venda direta (VD)	Venda feita pelo agricultor	Venda na propriedade, cestas, feira do agricultor, PNAE	Gerenciamento da produção em função da logística, relação interpessoal agricultor e consumidor, garantia de venda



Venda indireta (VI)	Venda realizada por intermediário	Mercado municipal, mercearias	Maior acessibilidade aos produtos pelo consumidor, distribuição ampla dentre outras
---------------------	-----------------------------------	-------------------------------	---

Tabela 1. Principais tipos de canais curtos de comercialização (CC) de produtos de base agroecológica presentes em Araras-SP, 2019.

Fonte: Elaborado pelo os autores a partir da análise de dados fornecidos pela prefeitura, Coaaf, Coopaf e trabalhos de Darolt (2015).

É importante ressaltar que as políticas públicas são de extrema importância para fortalecer e incentivar a agricultura familiar de base agroecológica, uma vez que, ampara legalmente e economicamente, subsidiando a produção e garantindo a comercialização (LEITE, 2001). Constatou na pesquisa que no município de Araras a partir de 2018 foi instituído um decreto nº 6.379 municipal que regulamenta a feira do Produtor Rural, sendo beneficiados 23 produtores locais respectivamente, sendo que três desses produtores fornecem produtos para as feiras livres, estas por sua vez, permitem a comercialização de produtos advindos do CEASA. Além dessa política municipal, os agricultores são atendidos por um programa do governo federal, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo duas cooperativas responsáveis pela comercialização da produção dos agricultores associados, Cooperativa dos Agricultores Familiares Rurais do Assentamento de Araras e Região (Coopaf) e a Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares de Araras e Região (Coaaf), das quais receberam um investimento de cerca de R\$ 1 milhão, em 2018, contemplando um total de 110 agricultores, respectivamente no município (Tabela 2).

Programas de incentivo a agricultura familiar no município de Araras, SP	Forma (s) de comercialização		Beneficiários	Produtos comercializados
Decreto nº 6.379	Feiras	Feira Livre Tradicional	São atendidos 23 agricultores cadastrados	Legumes, verduras, frutas, hortaliças, doces, além de pastéis e chope
		Feira Livre Tradicional Noturna		
		Feira do Agricultor		
		Feira do Produtor Rural		
PNAE- Programa Nacional Alimentação Escolar	Cooperativas	Coopaf	40 associados	Beterraba, repolho verde, pepino caipira, cenoura, abacate, banana nanica, tomate longa vida,
		Coaaf	70 associados	



				laranja pêra, abobrinha brasileira, pimentão verde, limão Taiti e mel
--	--	--	--	--

Tabela 2. Programas de incentivo a agricultura familiar, formas, beneficiários e produtos comercializados no município de Araras, SP, 2019.

Fonte: Elaborado pelo os autores a partir da análise de informações disponíveis no site da prefeitura, Coaaf e Coopaf, 2019.

Mediante os resultados obtidos nesta investigação é importante esclarecer que, apesar dos avanços observados nos últimos anos em relação ao incentivo à agricultura familiar no município de Araras e região, por meio de programas federais e municipais, como o PNAE, PAA (atualmente não acessado) e o decreto nº 3.639, ainda se fazem incipientes, na medida em que se torna necessário efetivar, na prática, novas políticas que considerem questões relevantes, pautadas na inclusão dos agricultores familiares, imprescindíveis para responder questões que colocam em cheque os direitos e identidade dos agricultores (as), como repasse de recursos para estrutura física das cooperativas, logística e administração.

Conforme apontou Steyer et al., (2018), em levantamento sobre a efetivação, acessibilidade e implicações do PAA e PNAE, no período de 2014 a 2016, por agricultores de cooperativas do município de Araras, SP, revelou que a burocratização é o principal entrave, responsável pela não acessibilidade a estes programas por parte dos produtores locais.

Além desses entraves é importante ressaltar que na formulação de políticas públicas, de demandas e ações direcionadas a este público, torna-se imprescindível mudanças institucionais com o intuito de superar os gargalos presentes nesse setor, considerando elementos da realidade e as peculiaridades locais, uma vez que é preciso promover a unificação e o protagonismo social.

Outro fator que deve ser levado em consideração é o papel das mulheres como atores importantes e protagonistas na consolidação deste processo e de espaços, voltados para a diversificação da produção e construção da autonomia econômica, conseqüentemente, fortalecendo e emancipando a soberania e segurança alimentar no sentido em que são efetivadas as práticas de agricultura de base agroecológica (SARAVALLE; ABREU, 2017).

Por fim, dentre os desafios e entraves identificados no município em relação à agricultura familiar, sumariza-se a importância e o papel das organizações locais, na busca de superar impasses entre o estado e os movimentos sociais, por meio de ações junto da sociedade civil, na perspectiva de efetivar direitos sociais rompendo com o aparato ideológico imposto, dessa forma, diminuindo o êxodo rural, pluralidades no campo e fortalecendo a economia ecológica e a agricultura de base agroecológica.



Conclusões

Mediante as análises dos resultados desta pesquisa identificamos que a principal forma de comercialização dos produtos é de forma indireta e direta (pública e privada), com intermédio das cooperativas, por meio de um decreto municipal e do PNAE. Portanto, conclui-se que o PNAE ainda é uma das políticas mais acessíveis pelos agricultores familiares e assentados, porém a burocracia é o entrave.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências bibliográficas

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

SARAVALLE, C. Y; ABREU, L. S. Rede sociotécnica do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã de Sorocaba (SP:) percepções e avaliação das ações desenvolvidas no contexto das políticas públicas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 57-85, 2017.

VIEGAS, M. T; ROVER, O. J; MEDEIROS, M. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 42, p.370-384, 24 dez. 2017. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v42i0.50759>